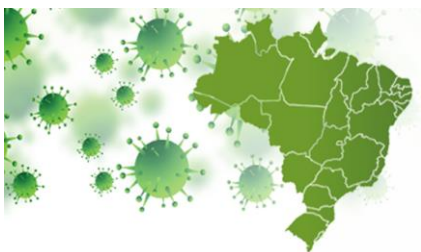


ENFOQUE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA EM FUNÇÃO DO IMPACTO DA COVID-19



**COMISSÃO DE
ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E
CONTÁBEIS DO CRCPR**



APRESENTAÇÃO DA EQUIPE



FONTE: <https://www.crcpr.org.br> de 16 de maio de 2018

A **COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS, TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS** É COORDENADA POR JOÃO ELOI OLENIKE. TAMBÉM FAZEM PARTE DELA OS CONTADORES DERMIVAL OLIVEIRA ALVES E LUIZ CARLOS DE SOUZA, CELITA ZAIDOVICZ PALTANIN E O ADVOGADO TRIBUTARISTA JOSÉ JULBERTO MEIRA JUNIOR.



IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PRORROGADAS EM ÂMBITO FEDERAL





FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

CIRCULAR CAIXA Nº 893 DE 24/03/2020



- **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA:** A exigibilidade do recolhimento do FGTS referente às competências **março, abril e maio de 2020,**
- **APLICAÇÃO:** Todos os empregadores, inclusive o empregador doméstico, independentemente de adesão prévia.
- **FORMA DE RECOLHIMENTO:** 6 parcelas fixas sem atualização.
- **VENCIMENTO:** **Primeira em 07/07/2020 e, a última, em 07/12/2020.**
- **RECOLHIMENTO EM ATRASO:** Sujeito aos acréscimos legais.
- **RESCISÕES DO CONTRATO DE TRABALHO:** **Obriga** o recolhimento dos valores decorrentes do período de **suspensão e eventuais parcelamentos**, sem incidência de multa, caso efetuado dentro do **prazo legal** estabelecido para sua realização.



PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DE PARCELAMENTOS RFB E PGFN PORTARIA Nº 201, DE 11/05/20 MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Prorrogou os parcelamentos perante a **RFB e PGFN**, vencíveis em **maio a julho** para a seguinte vencimentos:

a) EMPRESAS EM GERAL:

Vencimento original	Novo Prazo (Último dia útil de cada mês)
Maio/2020	31/08/2020
Junho/2020	30/10/2020
Julho/2020	30/12/2020



**PARCELAMENTOS
RFB E PGFN**

b) EMPRESAS DO SIMPLES:

O benefício do parcelamento não se aplica as empresas do SIMPLES.



PRORROGAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PORTARIA Nº 139 DE 03/04/2020



INSS

As Contribuições relativas às competências março e abril de 2020, ficam prorrogadas para os seguintes vencimentos:

COMPETÊNCIA	NOVO PRAZO
MARÇO/2020	20/08/20
ABRIL/2020	20/10/20

- INSS patronal sobre a folha de salários;
- INSS o contribuinte individual, pessoa física, dono de obra, cooperativa, associação e entidades de qualquer natureza; e
- INSS do empregador doméstico.

**COMPETÊNCIA DE MAIO/2020
RECOLHIMENTO MANTIDO EM 19/06/2020**





PRORROGAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO PIS E DA COFINS Nº 139 DE 03/04/2020

As Contribuições relativas às competências março e abril de 2020, ficam prorrogadas para os seguintes vencimentos:

COMPETÊNCIA	NOVO PRAZO
MARÇO/2020	25/08/20
ABRIL/2020	23/10/20



COMPETÊNCIA DE MAIO/2020
RECOLHIMENTO MANTIDO EM 25/06/2020



PIS E DA COFINS



CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA - INSTITUÍDA PELO ART. 8º DA LEI 12.546/2011. PORTARIA Nº 150, DE 07/04/20

Prorroga, o recolhimento das Contribuições relativas às competências março e abril de 2020, para as competências julho e setembro de 2020, respectivamente. (artigo 1º)



**COMPETÊNCIA DE MAIO/2020
RECOLHIMENTO MANTIDO EM 19/06/2020**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**



ALTERAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AUTÔNOMOS – SISTEMA "S" MEDIDA PROVISÓRIA Nº 932, DE 31/03/20

A MP 932/2020 reduziu as alíquotas nas competências 04/2020, 05/2020 e 06/2020:

TERCEIROS	ALÍQUOTA NORMAL	ALÍQUOTA REDUZIDA DE 01.04.2020 A 30.06.2020
Sescoop	2,5%	1,25%
Sesi, Sesc e Sest	1,5%	0,75%
Senac, Senai e Senat	1,0%	0,5%
SENAR sobre a folha de pagamento	2,5%	1,25%
SENAR sobre a receita da comercialização do produtor rural pessoa jurídica e agroidustria.	0,25%	0,125%
SENAR sobre a receita do produtor rural pessoa física e segurado especial	0,2%	0,10%



SISTEMA "S"



EMPRESAS OPTANTE PELO SIMPLES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO DO SIMPLES FEDERAL

Resolução CGSN nº 154, de 03/04/2020



SIMPLES FEDERAL

Os prazos para recolhimento do **SIMPLES FEDERAL** apurados por empresas enquadradas no Simples Nacional, fica prorrogado, da forma que segue:

Previsto no artigo 13º incisos I a VI da LC 123/2006

Vencimento original	Novo Prazo (Último dia útil de cada mês)
20/04/2020	20/10/2020
20/05/2020	20/11/2020
22/06/2020	21/12/2020



EMPRESAS OPTANTE PELO SIMPLES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO – EMPRESA SIMEI

Resolução CGSN nº 154, de 03/04/20

Previsto as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do § 3º do art. 18-A da 123/2006

a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo

b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e

c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS;



Período de Apuração	Novo Prazo de Vencimento
Março/2020	20/10/2020
Abril/2020	20/11/2020
Maio/2020	21/12/2020

EMPRESA SIMEI



EMPRESAS OPTANTE PELO SIMPLES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO DO ICMS E ISS

➤ **Resolução CGSN nº 154, de 03/04/20**

Previsto no artigo 13º incisos VII a VIII da LC 123/2006



Período de Apuração	Novo Prazo de Vencimento
Março/2020	20/07/2020
Abril/2020	20/08/2020
Maio/2020	21/09/2020

➤ **GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ**

Decreto Nº 4386/2020 de 27/03/2020



Prorroga o recolhimento do **SIMPLES** de que tratam os incisos I e II do § 16 do art. 74 do Regulamento do ICMS para :

Período de Apuração	Novo Prazo de Vencimento
Março/2020	30/06/2020
Abril/2020	31/07/2020
Maio/2020	31/08/2020



IOF – OPERAÇÕES DE CRÉDITO – REDUÇÃO A ZERO DECRETO Nº 10.305, DE 1/04/20

O Governo Federal, por meio do Decreto 10.305, de 01 de abril de 2020 (DOU DE 02.04.2020) **reduziu a zero o IOF nas operações de crédito contratadas entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020.**

(...)

§ 20. *Nas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020, as alíquotas do IOF previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do **caput** e no § 15 ficam reduzidas a zero.*

§ 21. *O disposto no § 20 aplica-se também às operações de crédito:*

I – previstas no § 7º, na hipótese de haver nova incidência de IOF, sem prejuízo da parcela cobrada na data da disponibilização dos recursos ao interessado; e

II – não liquidadas no vencimento a que se refere o § 2º.





SUSPENSÃO DE PRAZO REGIME DE DRAWBACK

MP 960 PRORROGA SUSPENSÃO DE TRIBUTOS **DO REGIME DE DRAWBACK** POR CRISE DO CORONAVÍRUS

O objetivo é amenizar os efeitos econômicos da pandemia de coronavírus sobre **as empresas exportadoras de segmentos como minério de ferro, carne de frango, celulose, entre outros.**

Considerando os atos concessórios abertos e com vencimento em 2020, a partir da edição da MP, estes poderão ser prorrogados por mais um ano.

O regime especial de drawback, instituído pelo Decreto-lei 37, de 21/11/1966, é um mecanismo de incentivo às exportações em razão da redução da tributação na importação de insumos destinados ao processo produtivo de bens/mercadorias destinados à exportação. O regime especial de drawback pode ser aplicado nas modalidades suspensão, isenção e restituição de tributos.





DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1930, DE 01/04/20

Prorroga os prazo para a apresentação anual de Impostos de Renda de Pessoa Física do ano calendário ano 2019:

Prazo de Entrega da Declaração

Prazo de entrega Original	Novo Prazo de entrega
30/04/2020	30/06/2020

Prazo de Recolhimento do Imposto

Prazo de entrega Original	Recolhimento da cota
1º Cota	30/06/2020
2º Cota	31/07/2020

OBS: Em caso de pagamento através de débito automático, o prazo para entrega da DIRPF deve ser antecipado para 10/06/2020.





PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS






FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO CIRCULAR CAIXA Nº 893 DE 24/03/2020

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS

Prorrogada por 90 dias das certidões vigente 22/03/2020.

 CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF
Inscrição: Razão Social: Nome Fantasia: Endereço:
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.
Validade:
Certificação Número:



PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS



**Certidão
Negativa**

**PRAZO DE VALIDADE DE CNDS
RELATIVAS A TRIBUTOS FEDERAIS E À
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO** - art. 37 da MP
927/2020 alterou o art. 47 da Lei 8212/1991 -
Portaria conjunta nº 555, de 23/03/20

- **Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débito relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.**



PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL **Instrução normativa nº 1950 de 12/05/20**

Fica prorrogado, em caráter excepcional, até o último dia útil do mês de julho de 2020, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial da pessoa jurídica.

Vencimento original	Novo Prazo (Último dia útil de cada mês)
Maio/2020	31/07/2020





PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS



TRANSMISSÃO DA DCTF E DA EFD-CONTRIBUIÇÕES Instrução normativa RFB nº 1932, de 03/04/2020

✓ Os prazos das obrigações em comento relativo aos vencimentos dos meses de abril, maio e junho, referente as competências março, abril maio, foram prorrogadas da seguinte forma:

❖ DCTF

Vencimento original	Novo Prazo
Março/2020	15º dia útil de Julho
Abril/2020	15º dia útil de Julho
Maio/2020	15º dia útil de Julho

❖ EFDs

Vencimento original	Novo Prazo
Março/2020	10º dia útil de Julho
Abril/2020	10º dia útil de Julho
Maio/2020	10º dia útil de Julho



PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

TRANSMISSÃO DA DEFIS – SIMPLES NACIONAL Resolução CGSN nº 153 de 25/03/2020

Prorroga, excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Vencimento original	Novo Prazo
31/03/2020	30/06/2020





OBRIGAÇÕES NÃO PRORROGADAS

Considerando que o órgão competente não editou nenhuma norma para o período de Pandemia, **permanece vigente** os prazos de entrega das obrigações acessórias e o recolhimento dos tributos a seguir:

a) Impostos:



b) Obrigações Acessórias





PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Medida Provisória nº. 936, de 01/04/2020

A MP nº 936, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e de Renda, com o objetivo de reduzir o impacto social da calamidade pública declarada após a pandemia de covid-19, através das seguintes medidas:

- **Redução de jornada x salário:** O empregador poderá pactuar por acordo individual escrito ou por negociação coletiva a redução proporcional da jornada de trabalho em 25%, 50% ou 75% e, conseqüentemente o salário de seus empregados, **por até 90 dias.**
- **Suspensão do contrato de trabalho:** O empregador poderá pactuar por acordo individual escrito ou por negociação coletiva do contrato de trabalho de seus empregados e, conseqüentemente, a suspensão do pagamento dos salários. O prazo máximo de suspensão **será de 60 dias ou dois períodos de 30 dias.** Será assegurado
- **Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda:** Os empregados que tiverem sua jornada e salário reduzidos e/ou suspensos, farão jus ao **Benefício Emergencial** com o valor máximo de R\$ 1813,03.





PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Medida Provisória nº. 936, de 01/04/2020

➤ Requisitos para suspensão ou redução:

- ❖ Comunicar o empregado com no mínimo 2 dias de antecedência;
- ❖ Comunicar o sindicato dos trabalhadores no prazo de 10 dias da data da sua celebração em caso de acordo individual,
- ❖ Comunicar o Ministério da Economia – Seguro Desemprego;
- ❖ Não manter as atividades de trabalho remoto, teletrabalho, trabalho à distância), sob pena de sanções ao empregador; e
- ❖ O empregado fará jus a todos os benefícios concedidos pelo empregador, e fica autorizado a recolher o INSS na qualidade de segurado facultativo.

➤ Garantia Provisória:

- ❖ Tanto a redução de jornada como a suspensão contratual, garante ao emprego a estabilidade durante o período acordado no contrato e pelo mesmo período após o restabelecimento da jornada ou do encerramento da suspensão.





PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

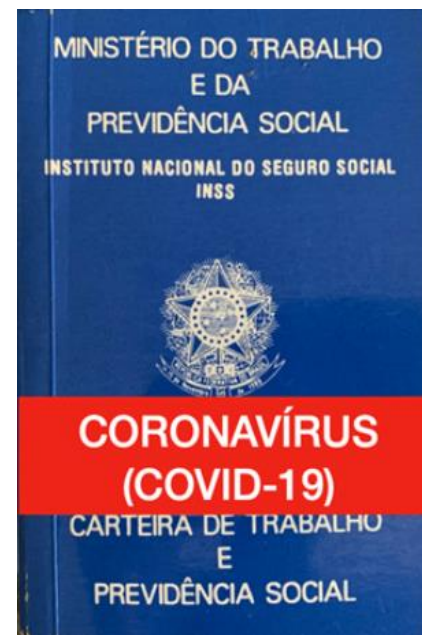
Medida Provisória nº. 936, de 01/04/2020

➤ Ajuda compensatória 30% em caso de suspensão:

É obrigatório o pagamento para as empresas que tiveram renda bruta superior a R\$ 4,8 milhões em 2019

➤ Efeitos tributários da ajuda compensatória paga pelo empregador:

- ❖ Terá natureza indenizatória;
- ❖ Não integrará a base de cálculo do imposto de renda na fonte ou da declaração de ajuste da pessoa física;
- ❖ Não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária, dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários e FGTS; e
- ❖ Poderá ser excluída do lucro líquido para fins de determinação do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.





TRANSAÇÃO TRIBUTARIA

COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA UNIAO

Portaria PGFN nº 9917/2020



- **A referida Portaria regulamenta a Lei nº 13.988/2020 que é resultado da conversão da MP 899/2019 (MP do Contribuinte Legal).**

O principal objetivo desta lei é captar recursos por meio da regularização de débitos fiscais e ao mesmo tempo diminuir os conflitos judiciais entre contribuintes e a União.

- **A Portaria dispõe sobre as três modalidades possíveis de transação:**

(i) transação por adesão à proposta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

(ii) transação individual proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

(iii) transação individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União, tendo cada uma destas modalidades com um regramento específico para que seja atendidos pelos devedores.



PROJETO DE LEI Nº. 2169/2020

CRIA O PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA POR FORÇA DE CALAMIDADE PÚBLICA (PERTCP)

Tramita na Câmara dos Deputados projeto de Lei que objetiva incluir o artigo 15-A na Lei 13988/2020 a qual possibilitará o pagamento de dívidas perante a RFB e PGFN.

➤ Possibilidades perante a RFB se aprovado o texto:

- ❖ Regularizar débitos tributários e não tributários vencidos até o último dia de vigência da situação de calamidade pública;
- ❖ Incluir parcelamentos anteriores rescindidos ou não;
- ❖ Pagamento à vista de 10% do débito e liquidação do saldo mediante uso de prejuízo fiscal e bases negativas da CSLL ou outros créditos geridos pela RFB;
- ❖ Pagar 24% da dívida em 24 vezes e liquidação do restante mediante uso de prejuízo fiscal e bases negativas da CSLL ou outros créditos geridos pela RFB;
- ❖ Parcelamento em 96 vezes mediante pagamento à vista de 20% da dívida;
- ❖ Parcelamento em 120 vezes, observados percentuais mínimos sobre o valor da dívida consolidada:





PROJETO DE LEI Nº. 2169/2020

CRIA O PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA POR FORÇA DE CALAMIDADE PÚBLICA (PERTCP)

➤ Possibilidades perante a PGFN, se aprovado o texto:



- ❖ Pagamento à vista de 20% do débito e liquidação do saldo em 96 meses;
- ❖ Parcelamento em 120 vezes, observados percentuais mínimos sobre o valor da dívida consolidada.
- ❖ Permite o uso de créditos e, se houver saldo após a compensação, estes poderão ser parcelados em até 60 vezes.
- ❖ Permite o uso de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL até o último dia do decreto de calamidade pública.



DA REPERCURSÃO GERAL STF (ARE 665.134-MG) 04/2020

ARE 665.134 MINAS GERAIS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS. IMPORTAÇÃO. ART. 155, §2º, IX, “A”, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ART. 11, I, “D” E “E”, DA LEI COMPLEMENTAR 87/96. ASPECTO PESSOAL DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. DESTINATÁRIO LEGAL DA MERCADORIA. DOMICÍLIO. ESTABELECIMENTO. TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO. **IMPORTAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA. IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO. IMPORTAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA, SOB ENCOMENDA.**

Ao proferir o voto no ARE 665.134/MG, negando seguimento ao Recurso, o Ministro Fachin fixou a seguinte tese jurídica ao Tema nº 520 da sistemática de repercussão geral: “O sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado-membro no qual está domiciliado ou estabelecido o destinatário legal da operação que deu causa à circulação da mercadoria, com a transferência de domínio.”



LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI 268/2020 – iniciativa da Fazenda tramita perante a Assembléia Legislativa



Regime da definitividade

Instituição do Regime de Tributação para o segmentos varejistas, com dispensa pagamento da diferença do imposto de que tata inciso II do paragrafo 2º (Convenio 67/2019)

Benefício fiscal

Dispensa do recolhimento de multas e juros relativo ao atraso no pagamento da complementação do ICMS, relativo ao regime de Substituição Tributária (Convenio ICMS 67/2019)



LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

PARCELAMENTO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Decreto 4705, de 26 de maio 2020

Em razão da Pandemia, através do Decreto 4705, de 26 de maio 2020, o Estado do Paraná, introduziu na legislação o parcelamento do ICMS ST, declarados em GIA ST, nos meses de **março, abril e maio** do corrente ano (inscritos ou não em dívida ativa), poderão ter seu **pagamento parcelado em até 06 vezes**, em iguais e sucessivos valores, adotando-se subsidiariamente as regras do parcelamento a que aludem os artigos 81 a 84 do regulamento do ICMS vigente.





LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO 4412, DE 02/04/2020 (DOE 03/04)

➤ **REDUÇÃO DA BASE DE CALCULO DA ST MEDICAMENTOS PARÁGRAFO 3º DO CAPUT DO ART. 126 DO ANEXO IX**

Parágrafo 3º - A base de cálculo prevista no caput será reduzida em 35% (trinta e cinco por cento) para os medicamentos similares, 30% (trinta por cento) para os medicamentos genéricos e 16% (dezesseis por cento) para os demais produtos.

➤ **ALTERA A BASE DE CALCULO ICMS/ST PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL - Art.126-A no Anexo IX**

Art. 126-A - A base de cálculo do ICMS-ST para as operações com os medicamentos comercializados no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 5090, de 20 de maio de 2004, será o "valor de referência" divulgado em ato editado pelo Ministério da Saúde (MS), quando o produto for destinado para consumidores cadastrados no referido programa



PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO





LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO 4520, 16 DE ABRIL DE 2020

CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS PARA OS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PARANAENSES PRODUTORES DE CERVEJA E CHOPP ARTESANAIS

O governador do Estado do Paraná, instituiu crédito presumido de ICMS para os estabelecimentos industriais paranaenses produtores de cerveja e chopp artesanais em suas saídas internas e que estejam enquadrados como microcervejarias, equivalente a 13% sobre a base de cálculo do ICMS devido, abrangendo a parcela do ICMS/ST.





LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ



DECRETOS 4.474/2020 e 4.569/2020 PARANÁ INSTITUI CRÉDITO PRESUMIDO PARA REVENDA DE ITENS IMPORTADOS E PRORROGA BENEFÍCIO PARA E-COMMERCE

Por meio dos atos acima, o Estado do Paraná introduziu alterações importantes no Programa Paraná Competitivo. A partir da publicação, estabelecimentos paranaenses que realizarem importação de mercadoria para revenda ou atuarem exclusivamente no comércio eletrônico poderão se beneficiar de crédito presumido

Agradecimentos



ENFOQUE IMPACTO COVID-19





Celita Zaidovicz Paltanin

Contadora - Bacharel em Ciências Contábeis; FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia, 1986; Pós-graduada em Controladoria – Universidade Federal do Paraná - em 1999; MBA em Gestão de Negócios de Contabilidade – FAMEC – 2005; Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.



Dermival Oliveira Alves

Contador - Bacharel em Ciências Contábeis; FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia, 1987; pós-graduado em Auditoria Contábil - FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia em 1996; sócio da Perfil 10 Soluções Contábeis SS.; Advogado - Bacharel em Direito, pela Uniandrade em 2006; atualmente é sócio Fundador da D. Oliveira Advogados Associados, atua no ramo do Direito Tributário e direito Empresarial. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR; Especialista em Direito Tributário, pós-graduando pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – Abdconst.



João Eloi Olenike

Contador. Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT. Membro do Conselho de Tributação da Associação Comercial de Curitiba – Pr. Membro do Conselho de Tributação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP. Conselheiro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR. 2014/2017. Membro da Câmara Técnica e da Comissão de Transparência Pública do CRCPR. Perito Judicial em várias áreas da justiça, principalmente nas Varas da Fazenda. Empresário, diretor da Expert JA, com atividades de auditoria, consultoria e planejamento tributário. Professor Universitário de Cursos de Pós-graduação. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.



José Julberto Meira Junior

Advogado; Pós-Graduado em Direito Tributário; Mestre em Direito Empresarial e Cidadania. Assessor Jurídico de várias empresas; Instrutor, Palestrante e Conferencista na área de Tributos Indiretos há mais de 30 anos; autor e organizador de obras jurídicas na área tributária; ex-Consultor Jurídico do Grupo IOB e do Grupo ACTO; professor Universitário nas Cadeiras de Direito Tributário, Planejamento Tributário, Direito do Consumidor, Comercial e Societário, em cursos de graduação e pós-graduação; membro do Instituto de Direito Tributário do Paraná (IDT/PR); membro honorário do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT); membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/PR; membro do Grupo de Estudos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP); membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR. Atualmente é Consultor Jurídico Tributário na empresa CONSULT Consultoria Empresarial; sócio de Cathedra Cursos Empresariais e associado do escritório Jurídico Maran, Gehlen Advogados Associados.



Luiz Carlos de Souza

Contador. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é PROFESSOR da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ciências Contábeis. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.